



Artigo

Educação Mediática e Submundo da Cibercultura: Combate à Violência Contra Meninas e Mulheres no Ciberespaço

Priscila Gonçalves Magossi

PUC-SP/Cencib
pgmagossi@gmail.com | ORCID: 0000-0003-1720-4440

Resumo

O presente trabalho concentra-se em expor as práticas predatórias do "submundo da cibercultura" (plataformas digitais relacionadas à pornografia, *webcamming* e vendas de "packs" eróticos. A discussão debruça-se sobre a influência da publicidade dessas empresas no enfeitiçamento¹ (Morin, 1986) de meninas e mulheres e na zona de conforto e invisibilidade dos tiranos² (Chauí, 1976) que controlam este mercado. Objetiva-se fomentar o debate sobre a necessidade de responsabilização do sistema de capatazia (mandantes ocultos, influenciadoras digitais e *coaches*). A metodologia refere-se a uma pesquisa de ordem qualitativa, a natureza dos dados é descritiva, com foco nos padrões identificados pela pesquisa netnográfica (análise de contrato de prestação de serviços e mapeamento dos atores sociais do submundo) em associação ao quadro teórico (teorias críticas da comunicação e da cibercultura). Os resultados apontam para a possibilidade de contenção (de

¹ O conceito "enfeitiçamento pela imagem", desenvolvido por Edgar Morin (1986), refere-se ao poder hipnótico das imagens publicitárias, que dificulta a crítica e a reflexão do público. Esse "enfeitiçamento" diz respeito à forma como as imagens mediáticas são propositalmente fabricadas com intenção de direcionar a audiência para interesses mercantis, o que favorece a desinformação. O conceito é detalhado ao longo do artigo.

² O trecho mencionado "zona de conforto e invisibilidade dos tiranos" remete à crítica feita por Marilena Chauí (1976) para se referir aos espaços em que abusos de poder e autoritarismo ocorrem sem serem contestados ou percebidos pela sociedade. Essa zona é caracterizada pela naturalização da opressão de tal sorte que os tiranos agem no lodo da impunidade. A autora aponta a necessidade de resistência e conscientização da população para que esses abusos sejam reconhecidos e enfrentados. A crítica é detalhada ao longo do artigo.



parte) da violência digital causada pela guerra de narrativas digitais (desinformação e *fake news*) a partir da ação coletiva de educadores, pesquisadores, Poder Judiciário e sociedade civil. Contribui-se, assim, para a luta contra a violência cibercultural contra meninas e mulheres por meio da educação mediática.

Palavras-chave: Violência contra meninas e mulheres; Submundo da cibercultura; Educação mediática; Desinformação no ciberespaço.

Abstract

This study focuses on exposing the predatory practices of the "underworld of cyberculture" (digital platforms related to pornography, webcamming, and the sale of erotic "packs"). The discussion centers on the influence of these companies' advertising on the enchantment (Morin, 1986) of girls and women, as well as on the comfort zone and invisibility of the tyrants (Chauí, 1976) who control this market. The aim is to foster a debate on the need for accountability within the system of overseers (hidden leaders, digital influencers, and coaches). The methodology pertains to qualitative research, with descriptive data focused on patterns identified through netnographic research (analysis of service contracts and mapping of social actors in the underworld) in association with the theoretical framework (critical theories of communication and cyberculture). The results suggest the possibility of partially mitigating digital violence caused by the war of digital narratives (disinformation and fake news) through the collective action of educators, researchers, the judiciary, and civil society. Thus, this contributes to the fight against cybercultural violence against girls and women through media education.

Keywords: Violence against women; Cyberculture underworld; Media literacy; Disinformation in cyberspace.

Introdução

O presente estudo entrelaça questões relacionadas à educação e cidadania, considerando as configurações socioculturais contemporâneas articuladas por tecnologias e redes digitais. A argumentação concentra-se no combate à violência — a nível psicológico, físico, sexual e virtual — de mulheres e meninas desde a infância, convidando educadores, pesquisadores e sociedade civil



à reflexão sobre a temática. Vislumbra-se alguma possibilidade de contenção de danos a partir da educação mediática sobre a violência de gênero na cibercultura.

Nesse recorte, a reflexão apresenta o submundo da cibercultura³ e sua rede de capatazes como objeto de estudo. Com palavras precisas, a argumentação concentra seus esforços na dissecação da engrenagem do oligopólio cartelizado de *sites* adultos e no modo de atuação dos seus atores sociais na busca, na manutenção e na reprogramação do imaginário⁴ de vítimas meninas e mulheres.

Em termos conceituais, o submundo é reconhecido pelo agrupamento complexo de grandes empresas, apoiadas em tecnologias digitais, que desenvolvem padrões de atuação no mercado corporativo do erotismo digital a partir da violência contra a mulher. O mercado opera invisível, abandonado pelo poder judiciário internacional, regido por proprietários ocultos do escrutínio público.

Considerando a cibercultura como categoria de época⁵, a proposta do submundo consiste em utilizar os meios de comunicação como cúmplices da barbárie. Para tanto, os *sites* são representados na superfície das redes interativas e algorítmicas (*X, Instagram, TikTok, etc.*) por capatazes evidentes (influenciadoras digitais e *coaches*).

Esse sistema de capatazia, por sua vez, é responsável pelo encorajamento das vítimas (meninas e mulheres) a criarem um perfil em *sites* de pornografia, *webcamming* e/ou *packs* eróticos

³ A pesquisa de pós-doutorado da autora investigou o *modus operandi* do submundo da cibercultura, privilegiando, relações tensionais entre comunicação, cultura digital e organização da vida cotidiana (valores e comportamentos que se processam na época em curso). A reflexão constatou que esse submundo digital opera sob dinâmicas próprias do ciberespaço para manter e ampliar sua base de usuários e profissionais, valendo-se, para isso, da domesticação do imaginário social e da violação dos direitos fundamentais. Nesse sentido, um oligopólio cartelizado de empresas tem propositalmente causado confusão na ordem dos significantes mais caros da subjetividade humana — o modo de perceber, de sentir, de demonstrar e de viver o afeto e a sexualidade —, causando uma espécie de “curto-circuito do simbólico” ou reprogramação algorítmica e ideológica do imaginário social.

⁴ O estudo concentra-se sobre o imaginário social (Castoriadis, 1986), com foco na abordagem sociológica e política, psíquica e cultural.

⁵ De acordo com Eugênio Trivinho, “a cibercultura é propriamente, o mundo em curso, em todos os setores” (Trivinho, 2007, p.116), visto que “designa a configuração material, simbólica e imaginária da vida humana correspondente à predominância mundial das tecnologias e redes digitais avançadas, na esfera do trabalho, tempo livre e do lazer” (ibidem).



e, conseqüentemente, a concordarem, com os termos de serviço dessas plataformas. A promessa é a possibilidade da mulher “realizar todos os seus sonhos apenas com uma *webcam* e internet, sem sair de casa!”⁶.

Nessa engrenagem sistêmica, todos os *sites* operam a partir de um mesmo modelo de contrato de prestação de serviços⁷ no qual a vítima firma um vínculo irrevogável e irretroatável com as empresas cuja validade é a mesma do contrato manuscrito⁸. Entre as principais violências contra os direitos fundamentais, encontram-se as seguintes exigências contratuais:

- (i) O direito vitalício da imagem das mulheres para comercialização em *websites* eróticos, independentemente de a vítima considerar esse uso obsceno, ofensivo ou censurável;
- (ii) Aceite o uso ilegal de sua imagem feito por terceiros sem remuneração, sem ser informada, sem qualquer ônus, concordando, de modo irrevogável e irretroatável, a não propor ação contra a empresa, o proprietário nem os associados;
- (iii) Destrua provas contra a empresa no caso de conflitos judiciais e colabore com as autoridades a favor da plataforma.

Observado esse cenário, a reflexão apresenta duas categorias distintas de capatazes em evidência⁹: (i) influenciadoras digitais, e (ii) *coaches*. Tratam-se de indivíduos majoritariamente do gênero feminino financeiramente remunerados para veicularem a violência contra a mulher como “empoderamento da mulher¹⁰” conduzindo as vítimas à assinatura do contrato de prestação de serviços dos *sites* adultos.

⁶ Chamada do site Câmera Prive para convidar as vítimas a se cadastrarem na plataforma: <https://models.cameraprive.com/br/>. Acesso em 21/05/2024.

⁷ Segue exemplo de contrato de prestação de serviço em língua portuguesa: <https://models.cameraprive.com/br/legal/platform-agreement/print>. Última atualização realizada pela empresa em 11.jul.2024. Último acesso 07 ago.2024

⁸ A análise do contrato de prestação de serviços é realizada no artigo “Aberração Jurídica do Contrato de Prestação de Serviços do Submundo da Cibercultura” (2024), publicado no periódico científico Revista Eletrônica Direito e Política.

⁹ A dissecação da engrenagem completa do submundo da cibercultura é feita na pesquisa de pós-doutorado da autora. O estudo inclui a gramática histórica do desenvolvimento das três indústrias no ciberespaço (pornografia, *webcamming* e *packs*), a identificação do mandantes ocultos, associados invisíveis e mapeamento da capatazia na rede.

¹⁰ Empoderamento é um termo que surge na década de 1960, dentro do contexto da contracultura, como referência ao poder feminista. Destaca-se que o feminismo só se manifesta como movimento coletivo de luta



A metodologia refere-se a uma pesquisa de ordem qualitativa que se propõe a investigar e a compreender o fenômeno do submundo da cibercultura em suas nuances subjetivas, considerando o atual contexto de época. A abordagem da temática é feita pela sociofenomenologia dos processos invisíveis da cibercultura (Trivinho, 2007) e pela netnografia (Kozinets, 2014).

Considerando a interatividade como parte intrínseca do processo civilizatório vigente, a justificativa deste estudo reside na importância da educação mediática para evitar as armadilhas do submundo em seus discursos publicitários. O objetivo é (i) mapear a engrenagem sistêmica do submundo; (ii) diferenciar as capacidades das vítimas; e (iii) prevenir a violência contra meninas e mulheres a partir da conscientização sobre as diferentes formas de abordagem da capacidade sobretudo nas redes sociais. .

A Zona de Invisibilidade dos Tiranos do Submundo

Edgar Morin sublinha em seus estudos teóricos que “as sociedades domesticam os indivíduos através de mitos e ideias que, por sua vez, domesticam as sociedades” (1998, p. 157). Nesta órbita de fatores, Morin (1986) defende que a tarefa do pensamento crítico é impedir a violência da domesticação, promovendo uma consciência reflexiva e autônoma que desafie as narrativas e sistemas dominantes.

A emergência do submundo da cibercultura aponta para a “Era da perversão interativa” (Magossi, 2023): o declínio dramático das práticas de vinculação humana em prol das trocas de informação precificadas conduzem a um enxame de violências (obliteradas ou não) oriundas de todas as órbitas, sobretudo contra a mulher.

das mulheres a partir da segunda metade do século XX. A reivindicação de direitos ocorre pelo nítido descompasso de poder entre homens e mulheres (Chauí, 1976). Assim, uma das prioridades do movimento feminista foi defender que o “privado é político”, visto que toda forma de opressão e dominação é, de fato, uma luta política (Arendt, 2015). A partir do final dos anos 90, o termo “poder” foi substituído por “empoderamento”. Entretanto, neste início de século XXI, o conceito “empoderamento feminino” tem sofrido desgaste considerável. Com o esvaziamento do seu sentido original, o uso da sua semântica passou a estar associado à ideia de posse de bens de consumo e/ou à subjugação do outro. Em seu sentido original, empoderamento feminino é um conceito que se consolidou como um movimento político, social e filosófico cujo objetivo é a luta pela igualdade de gêneros.



Marilena Chauí (1985) apreende a violência simbólica contra a mulher como resultado da dominação da ideologia masculina sobre a feminina. Para a autora, a violência é definida como ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, tendo como objetivo a dominação do outro. A ação violenta, por sua vez, considera o ser dominado como “objeto”, invalidando-o como “sujeito”. Nessa dinâmica, o dominado é silenciado, perde sua autonomia e liberdade. Como consequência, torna-se dependente e passivo. Nesse escopo teórico, a liberdade é entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (ibidem, p. 15).

No submundo da cibercultura, a dominação — exploração econômica e opressão de gênero — é apresentada às mulheres como “empreendedorismo” e “empoderamento feminino”. Observa-se claramente que “as diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o corpo da mulher” (Chauí, 1985, p. 27).

Discutir a temática do submundo é essencial para educação e cidadania — sobretudo de meninas e mulheres — neste horizonte epocal, visto que o drama silencioso do processo civilizatório em curso abarca a zona de conforto dos tiranos: a criticidade está no lodo da invisibilidade. De acordo com Marilena Chauí (1976), o tirano é aquele que produz a ilusória imagem de liberdade no oprimido ao passo que detém o poder de negar aos outros a liberdade. Nas palavras da autora: “a liberdade é não estar em poder de outrem, seja pelo ferro ou pelo fogo, seja pelo logro das promessas, seja, enfim, pelo medo das ameaças” (p.57).

Em continuidade à sua argumentação, Chauí afirma que as mulheres são conduzidas à servidão a partir de uma ação masculina sobre o feminino: “É o olhar masculino que produz a servidão feminina. A mulher é vista exclusivamente como objeto de prazer, a tal ponto que suas qualidades intelectuais e morais permanecem soterradas” (ibidem, p.57). O conceito de “servidão” é apreendido pela autora a partir de relações intersubjetivas, nas quais a imagem da liberdade nasce da posição do próprio escravo. Nesse sentido, a liberdade é imaginada como poder que se exerce sobre outrem, e não como oposição à escravidão. Em outras palavras: quem sonha com a liberdade é quem não a possui. O tirano, por sua vez, não almeja o que já tem.

Aplicando o recurso teórico ao objeto de estudo, os tiranos da cadeia de comando do submundo calculam cada passo do seu modelo de negócios cuidadosamente. Não à toa, eles



próprios são invisíveis. As vítimas, por sua vez, estão expostas, desprotegidas e condicionadas ao aprisionamento vitalício após a assinatura do contrato de prestação de serviços. Assim, ocorre a dominação ideológica das vítimas. Em outras palavras, o submundo é um modelo de negócios cuja sobrevivência depende do rebaixamento da consciência crítica das vítimas, isto é, da reprogramação do imaginário¹¹ das vítimas.

Em termos conceituais, Marilena Chauí (1984) define a ideologia como expressão da dominação de uma classe sobre outra. Trata-se de um sistema de ilusões que desliza sobre a sociedade tendo como objetivo principal tornar a dominação invisível. Ainda de acordo com Chauí (1976), o ciclo da ideologia se cumpre com a necrose do pensamento crítico em prol da subserviência de corpos dóceis. Para tanto, a subjetividade deixa de ser considerada reflexão. A objetividade desejada passa a ser mera descrição sem questionamento da realidade. Para essa engrenagem sistêmica, o pensamento crítico é uma ameaça, visto que o processo de alienação desemboca na domesticação (reprogramação) do imaginário social para aumento das práticas de consumo. O presente estudo, por sua vez, caminha na direção oposta, isto é, expansão da consciência crítica, denúncia e combate da violência contra a mulher no submundo da cibercultura.

Sob o prisma de Morin (1986), considera-se que a ciência com consciência deve atuar como um instrumento de desconstrução dessas ideologias. Além disso, deve fomentar uma visão mais complexa e integrada da realidade, que resista à simplificação excessiva e à manipulação ideológica, permitindo aos indivíduos maior autonomia do sujeito.

O Simulacro¹² Corporativo do Submundo

Com repertório cultural crítico, reconhece-se que uma mercadoria de uma empresa é uma captura de necessidades e carências humanas, em determinado contexto social-histórico, que foi transformada em produto com a finalidade de obtenção de lucro por seus proprietários. Essas

¹¹ O conceito “reprogramação do imaginário” diz respeito às Substituição das preferências originais por estímulos radicalizados que só podem ser encontrados na rede, condicionando assim o sujeito a voltar e a depender daquele “mundo-cópia” (Magossi, 2021).

¹² O conceito de simulacro foi desenvolvido por Jean Baudrillard na obra "Simulacros e simulação" (1991) e diz respeito ao mundo-cópia formado entre o real e o irreal. O conceito será aprofundado durante a argumentação.



intenções, entretanto, são ocultadas pela comunicação publicitária. O objetivo da manobra é confundir o tecido social, fabricando a falsa sensação de que não existem intenções e atores por trás da comunicação (Baitello Jr., 2008, p. 97)¹³.

Seguindo com a reflexão, as empresas do submundo da cibercultura aplicam a mesma lógica operacional: uma mercadoria é fabricada e toda ideologia empresarial é ocultada pela comunicação publicitária. Neste caso, a mercadoria [do submundo] é a dominação ideológica das vítimas: os consumidores visitam *sites* adultos para controlar a subjetividade da mulher, exigindo *performances* hiper-reais. Essas *performances* são específicas e pertencem a um catálogo de opções cujos mandantes e capatazes embutiram no imaginário social. Todavia, toda essa estratégia de dominação psíquica é cinicamente anunciada como “empoderamento” e “liberdade sexual” (das mulheres) para “diversão e interação” (dos homens). Essas “ideias sem autor” do submundo são convertidas em “ideias comuns a todos” (Chauí, 1984, p.94) e surgem como uma explicação da realidade, que orientam os atores sociais sobre a vida cotidiana. Esse conjunto articulado de ideias é encarregado de silenciar os discursos de oposição por meio da criação de “universais abstratos” (Chauí, 1984, p.95). Assim, implode-se sobre o social um único discurso: o da classe dominante, neste caso, os mandantes. A explicação de Chauí (1984, p.94-95) para essa engrenagem sistêmica reside no fato de que caso a dominação de uma classe sobre a outra for diretamente percebida há risco dos oprimidos se revoltarem contra os opressores. Não há dúvidas que caso a atividade laboral fosse veiculada com a transmissão da intenção dos proprietários e associados ocultos — isto é, aprisionar a mulher ao submundo e comercializar as imagens entre os sites do oligopólio sem sequer informá-la e remunerá-la. Portanto, é tarefa da ideologia ocultar suas intenções políticas e econômicas, promovendo uma narrativa homogênea de que todos os indivíduos são livres e iguais, e que se relacionam espontaneamente dentro de um sistema completamente abstrato. Para tanto, as ideias aparecem como se tivessem vida própria, e não como se estivessem sido estrategicamente embutidas.

A estratégia adotada pelas empresas — tanto da superfície quanto do submundo — é a da saturação da informação-mercadoria (Morin, 1986). Nessa chave de leitura, a informação-

¹³ Norval Baitello Jr nomeia como princípio da hipnogenia o ato de transferir para o meio toda a responsabilidade, escondendo as intencionalidades dos produtores da comunicação (2008).



mercadoria representa a explosão da informação descontextualizada, na qual “o excesso abala a informação quando estamos sujeitos ao rebentar ininterrupto de acontecimentos sobre os quais não podemos meditar porque logo são substituídos por outros” (Morin, 1986, p. 31). No caso específico do submundo, a capatazia propositalmente produz um dilúvio de informação desqualificada com o objetivo de causar descrença nas vozes de referência da ciência e na democracia, confundindo violência contra a mulher com “empoderamento da mulher”. Assim, a saturação da informação-mercadoria na rede em associação à escassez de conteúdo em defesa da luta contra a violência contra a mulher confunde tanto a sociedade civil quanto a própria vítima. Sem dúvidas, o pensamento crítico é essencial para apreender a motivação de uma empresa em seus discursos publicitários. Por isso, é importante ter em mente que toda comunicação é intencional e segue as bases ideológicas dos proprietários das empresas.

Entendido isso, é preciso compreender como a informação-mercadoria chega até o público alvo: as vítimas (mulheres e meninas) e que tipo de informação-mercadoria é essa: Quais desvios semânticos são utilizados? Com qual finalidade? Como a capatazia é capaz de confundir violência contra a mulher com empoderamento da mulher? Na busca por respostas para esses questionamentos e pela contenção de danos por meio da informação qualificada, os tópicos a seguir concentram-se na compreensão da reprogramação do imaginário pelo enfeitiçamento da imagem (Morin, 1986).

Enfeitiçamento pela Imagem e Reprogramação do Imaginário

Em suas obras, a filósofa Hannah Arendt (1978, 1999, 2015) questiona o papel da mulher na sociedade, a violência e o poder. A filósofa defende que a massificação da sociedade fabricou uma multidão incapaz de compreender o processo civilizatório, de tal sorte que aceitamos cumprir ordens ilógicas e insalubres sem questionar o *status quo*.

Considerando as “ideias sem autor” da ideologia dominante (Chauí, 1984) e o princípio da hipnogenia dos meios de comunicação (Baitello Jr, 2008) em articulação com a teoria da mídia de Harry Pross (1980), o submundo utiliza-se de um sistema de capatazia bem delineado para



enfeitiçar (Morin, 1984) as suas vítimas. Para tanto, o canal mediático é vetor fundamental para alcance das vítimas e domesticação do imaginário.

Harry Pross (1980) explica que os *media* reduzem os pontos de vista e trabalham na contenção do pensamento crítico por meio da imagem. Para tanto, uma imagem é introduzida com o objetivo de esvaziar a capacidade crítica do seu público receptor. Assim, as vítimas são enfeitiçadas¹⁴ pelo cinismo publicitário, que fabrica simulacros utilizando-se, para isso, de capatazes. Nessa perspectiva, reconhece-se o efeito hipnótico do “enfeitiçamento pela imagem”, que dificulta a percepção da realidade, fazendo com que rótulos de estereótipo de consumo sejam confundidos com “liberdade”, “empoderamento”, “conexão emocional”.

O conceito de simulacro de Jean Baudrillard (1991) aplicado ao submundo da cibercultura refere-se especificamente ao desvio semântico proposital entre sobrevivência financeira (poder de compra) e “empoderamento feminino” (poder de escolha) dissuadido por *feeds* algorítmicos em redes interativas. Assim, violência contra a mulher é vendido como “interação”, “diversão” e “conexão emocional”. Essa ideologia atende a interesses econômicos e políticos cuja intenção é a manutenção do *status quo*: a dominação do homem sobre a mulher. Assim, o espaço público da rede é refém da modelagem de um simulacro, no qual as intenções dos mandantes estão encobertas. O imaginário foi, portanto, reprogramado, isto é, limitado, amputado, estrategicamente direcionado para o consumo de performances padronizadas, produzidas em escala industrial.

Nessa perspectiva, a reprogramação do imaginário social no contexto específico do submundo da cibercultura (Magossi, 2023) configura-se como um processo de domesticação do imaginário que chega até o corpo social pela mediação do sistema de capatazia do setor nas redes algorítmicas e interativas. Os agentes do mercado são responsáveis pela distribuição da ideologia dos mandantes dos sites adultos através de imagens, vídeos e textos publicizados em canais mediáticos diversos.

¹⁴ De acordo com E. Morin, “A imagem não é uma simples imagem, mas contém a presença do duplo do ser representado e permite, por seu intermédio, agir sobre esse ser; é esta ação que é propriamente mágica: rito de evocação pela imagem, rito de invocação à imagem, rito de posse sobre a imagem (enfeitiçamento)”. (1988, p.133)



Nesse entendimento, a vítima reprogramada é aquela que efetivamente confundiu empoderamento feminino com servidão (ao homem), e não percebe o tumulto organizado entre liberdade e aprisionamento vitalício (aos *sites*) ao assinar o contrato de violação dos seus direitos fundamentais. A escalada máxima da perversão deste setor é a organização do oligopólio cibercultural na capatazia responsável pela captura de vítimas através de influenciadoras e *coaches* na superfície das redes interativas.

Observa-se que o *modus operandi* da indústria adulta trabalha para que se reproduza uma determinada condição de vida cuja consciência crítica permaneça adormecida. Somente ao transformar a sua força de trabalho (feminina) num flagelo humano, sem consciência de classe, hipervulnerável e passível de exploração consentida, é que a publicidade do submundo consegue oferecer um conjunto de soluções capitalizadoras, de modo que esteja estrategicamente calculado de acordo com os interesses econômicos dos proprietários das empresas. A lógica em questão incide no fato de que o controle da produção de sentido de uma sociedade está estritamente ligado ao controle da ideologia do imaginário para, assim, controlar o consumo do tecido social. Para isso, é preciso limitar ao máximo a potência criativa do imaginário, reduzindo-o à mero reproduzidor de simulacros. No caso do submundo, fixa-se um modelo de consumo no qual as pessoas são apresentadas como mercadorias perecíveis e descartáveis. Provoca-se o rebaixamento da consciência por meio da reprogramação do imaginário: a comunicação publicitária anuncia exatamente o oposto daquilo que executa. Como consequência dessa domesticação psíquica, todos os monstros do submundo não são percebidos como mandantes e capatazes, mas como “funcionários zelosos” (Arendt, 1999). Vive-se, portanto, “a banalidade do mal” (Arendt, 1999), o que torna o direito a ter direitos uma zombaria (Arendt, 1978).

Compreendida a engrenagem sistêmica, o próximo tópico dedica-se a identificar a capatazia do submundo, respondendo ao questionamento: quem são e como agem os atores sociais dos *sites* adultos?

As Capatazes Evidentes do Submundo



Na circunferência deste estudo, a capatazia do submundo refere-se aos atores sociais envolvidos no processo de articulação da confusão, apropriação e enlouquecimento dos significantes mais caros da subjetividade humana em prol da sua capitalização em torno da violência contra a mulher: Controle do outro é confundido com “interação com o outro”; subjugação feminina é confundida com “empoderamento feminino”; aprisionamento vitalício por contrato é confundido com “liberdade sexual da mulher”; *performances* hiper-reais controladas por métricas algorítmicas das empresas são confundidas com “diversão genuína”; sobrevivência financeira é confundida com “poder de escolha”; e assim por diante.

Conforme demonstrado ao longo da reflexão, o conjunto de técnicas desenvolvidas pelo oligopólio cibercultural do submundo para confundir as vítimas sobre a mercadoria do submundo e sobre as intenções dos mandantes coaduna reprogramação do imaginário das vítimas por capatazes. Esse processo de domesticação psíquica é fundamental para captura e manutenção de meninas e mulheres em *sites* adultos. Para tanto, as empresas procuram por mulheres que aceitem trocar o pensamento crítico por visibilidade mediática¹⁵ e remunerá-las para “vestir a camisa das empresas” do submundo (literal e figurativamente). O objetivo é inundar as redes interativas¹⁶, mistas¹⁷ ou de massa¹⁸ com *fake news* — neste caso, a ideologia dos mandantes — no intuito de conduzir o submundo adulto à superfície do ciberespaço.

Com base nesses elementos apresentados, a presente argumentação concentra-se no mapeamento e na definição de duas categorias distintas de capatazes: (i) influenciadoras digitais e (ii) *coaches*, diferenciando-as das vítimas.

¹⁵ O conceito diz respeito a necessidade em aproximar-se do foco mediático a partir da encenação do si-próprio e dos pertences e interesses comuns (Trivinho, 2007).

¹⁶ Tratam-se de casos envolvendo a parceria entre submundo e influenciadoras com perfil em redes sociais, tais como *Instagram, X, Facebook, TikTok, etc.*

¹⁷ Tratam-se de casos envolvendo a parceria entre submundo e influenciadoras em meios híbridos, tais como *Youtube, Podcasts, etc.*

¹⁸ Tratam-se de casos envolvendo influenciadoras com participação em meios de comunicação de massa, tais como *reality shows* na televisão (aberta ou a cabo).



Influenciadoras digitais do submundo

As influenciadoras digitais do submundo são mulheres contratadas para afirmar - na primeira pessoa do singular — que se sentem “empoderadas” ao entregar o direito vitalício das suas imagens aos proprietários invisíveis dos *sites* adultos, bem como para postar “*selfies*” com camisetas que tenham o *logo* do *site* adulto. Nesses casos, quanto maior for o vício em “engajamento”, seguidores” e “curtidas” da influenciadora digital, maiores são as chances dessas mulheres nunca se darem conta da manipulação à qual estão sendo submetidas: no caso, de representarem a necrose da sexualidade e do afeto que o submundo causa em todo tecido social em escala planetária. Sobre a temática, Ruth Breslin (2023), Pesquisadora Líder do Programa “*The Sexual Exploitation Research Programme*”¹⁹ da *College University* (Irlanda), explica a manobra:

O fluxo constante de títulos midiáticos que chamam atenção para histórias sobre criadoras de conteúdo se tornando milionárias faz parte da narrativa pensada para normalizar e propagar o *OnlyFans*. Mas a realidade é que apenas 300 de seus 1.5 milhões de criadores (ou seja, 0.02%) realmente ganhou toda essa quantidade de dinheiro, com os top 1%, perfis com um imenso e usualmente pré-existente seguidores nas mídias sociais, representando 1/3 de todo o dinheiro gerado. Em óbvio contraste à esses milhões, na média uma criadora de conteúdo ganha menos de 145 dólares por mês (aproximadamente 780 reais na conversão atual)²⁰.

Observa-se a importância da contratação das capatazes evidentes: confundir as vítimas sobre a possibilidade de ganhos e encobrir a violência contra a mulher. Neste momento, é imprescindível fazer um alerta para a comunidade científica: na era dos dados, os perfis com inúmeros seguidores nas redes sociais são constantemente utilizados como referências para pesquisas acadêmicas. Todavia, no caso do submundo da cultura digital, esses perfis costumam ser patrocinados pelo cartel. Isto significa que essas mulheres *não são as vítimas de fato*. Nesse entendimento, caso o cientista caísse no equívoco de considerar o que algum perfil de capataz diz

¹⁹ O artigo completo da pesquisadora está publicado no *site* “*Beyond Exploitation*” e está disponível em língua inglesa pelo *link*: <https://www.beyondexploitation.ie/guest-blog/guest-blog-the-insidious-dangerous-nature-of-only-fans/?fbclid=IwAR21OgPOHrGp2GbiwyksYslf2Tk7ikUM7wFo78MLikcSmmH2G6-8vb9rC7E>. Acesso em 18/01/2023.

²⁰ O texto foi traduzido e publicado para a língua portuguesa pela página “*Recuse a clicar*” em 18.jul.2022 e está disponível pelo *link*: <https://www.instagram.com/p/CgKv4o3MBMm/>. Acesso em 18/01/2023.



em rede social, estaria, na verdade, reproduzindo o discurso do proprietário oculto da empresa do submundo.

A ativista canadense Laila Mickelwait²¹ dedica-se à denúncia do sistema de capatazia completo da empresa *MindGeek/PornHub*, suas outras marcas adultas (*Xvideos*, *Xtube*, *YouPorn*, *RedTube*, *Brazzers*) e demais parceiros de mercado. Seu trabalho de investigação resultou no projeto “*Justice Defense Fund*” e no movimento global “*TraffickingHub*”, que atualmente soma 2.2 milhões de assinaturas em 192 países, ao longo de mais de uma década de investigação. O foco dos projetos de Mickelwait é provar a relação entre tráfico humano e submundo adulto, além de denunciar vídeos eróticos nos quais há exploração de menores de idade e estupro de mulheres. O impacto das denúncias de Mickelwait sobre o panorama do submundo internacional é massivo. Com essa iniciativa, 194 vítimas sentiram-se encorajadas a denunciar a empresa e 8 processos foram movidos nos Estados Unidos e Canadá. Em 2020, o escândalo nas redes sociais foi tamanho que o *PornHub* foi permanentemente banido das principais redes sociais (*Instagram*, *Youtube*, *TikTok*), com exceção do *X*²².

Em vídeo divulgado em 13 de setembro de 2023, a jornalista infiltrada Arden Young²³, em parceria com o projeto *TraffickingHub*, expõe conversa com o capataz oculto, Mike Farley, responsável pelo gerenciamento dos produtos da marca *PornHub*. O capataz reconhece que o fator fundamental é gerar receita para o *site*. No momento em que Young inicia o questionamento sobre tráfico humano, Farley não se esquivava em dizer que “claro que os *content partners* estão envolvidos nisso, mas essa é uma decisão do *VIP department*”. No decorrer da entrevista, a jornalista também pergunta se ele tem medo do governo (canadense) descobrir as operações sigilosas da empresa. O capataz diz que não dá a mínima porque “são todos burros e não sabem de nada”. Não à toa, Laila Mickelwait classifica o *Pornhub* como uma “cena de crime”, visto que não há verificação da idade ou consentimento dos envolvidos para *upload* dos vídeos nesta plataforma.

²¹ O *site* oficial da ativista canadense Laila Mickelwait pode ser acessado pelo *link*: <https://lailamickelwait.com/>. Acesso em 13/09/2023.

²² O vídeo pode ser acessado pelo *link*: <https://www.instagram.com/p/CmdOKGQoK-7/>. Acesso em 13/09/2023.

²³ O vídeo pode ser acessado pelo *link*: <https://soundinvestigations.com/>. Acesso em 13/09/2023.



De acordo com a reportagem “Por que o *site* pornô *Pornhub* é ameaçado de fechamento em petição que alega conteúdos criminosos?”²⁴, publicada na revista *Rolling Stone Brasil*, em 16 de junho de 2020, o *site* recebe 115 milhões de visitas e ultrapassou 40 bilhões de acessos em 2019. Segundo o próprio capataz entrevistado, há uma década atrás, a empresa tinha apenas 6 funcionários, e hoje dispõe de mais de 300 indivíduos em sua equipe.

A respeito da temática, convém evocar o pensamento de Morin (2019²⁵): “Sempre houve ambições pessoais na história. Mas eles estavam relacionados a ideias. Agora, não há mais grandes ideias, apenas grandes ambições”. As consequências de vivermos um tempo antirreflexo — extremamente acelerado —, aprisionados à ideia de rentabilidade, produtividade e competitividade é que “estamos caminhando como sonâmbulos em direção à catástrofe” (ibidem).

Coaches do submundo

Em linha de continuidade às atrocidades típicas do submundo, as *coaches* do submundo referem-se aos indivíduos do gênero feminino sem qualquer formação acadêmica, que se auto intitulam “mentoras”, “terapeutas recreativas” ou até mesmo “professoras” em busca de “alunas” em casos ainda mais cínicos²⁶. As *coaches* vendem cursos e oferecem consultorias às vítimas com a promessa de pouco trabalho e muito dinheiro por meio de “programas educacionais” na rede.

Como exemplo desse fundo de lodaçal em território estrangeiro, o *site Live Jasmin* fundou uma “universidade”, que emite até mesmo “certificado de conclusão de curso”, em Budapeste (Hungria). O objetivo é reprogramar os *studios*, que, por sua vez, reprogramam as vítimas internas, que, por consequência, efetuam a reprogramação sobre as vítimas externas. O artigo “*Jasmin.com Launches*

²⁴ Reportagem disponível pelo *link*: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/por-que-o-site-porno-pornhub-e-ameacado-de-fechamento-por-conteudos-criminosos/>. Acesso em 13/09/2023.

²⁵ Citação do artigo “Estamos caminhando como sonâmbulos em direção à catástrofe”, publicado na Revista Pensar Contemporâneo, em 5.nov.2019, disponível pelo *link*: <https://www.pensarcontemporaneo.com/edgar-morin-estamos-caminhando-como-sonambulos/>. Acesso em 31/08/2023.

²⁶ A *coach* entrevistada apresenta-se em seu perfil do *Instagram* (<https://www.instagram.com/janaina.n.barbosa/>) como “empoderadora de mulheres”, criadora de “3 cursos” sobre o submundo, com mais de 700 “alunas” em 8 países. Acesso para os cursos vendidos para as vítimas pelo *link*: <https://linktr.ee/camming.xp>. Acesso em 08/08/2023.



*Academy in Budapest*²⁷ publicado na revista *AVN*, em 18 de março de 2018, refere-se à inauguração da “universidade” e deixa claro que o submundo “forjou sua própria ‘educação’ a céu aberto, blindada na cultura de ruas toscas e bastidores iníquos” cuja “regra, sua axiologia (se dela se trata) inclui até zombaria da instituição escolar e do estudo: ‘não têm utilidade’” (Trivinho, 2021²⁸).

No Brasil, não há universidades e estúdios físicos. A expansão dos tentáculos do submundo pela capatazia é articulada na superfície das redes interativas com apoio com dos veículos “jornalísticos”. Assim, as *coaches* atuam livremente no recrutamento de novas vítimas para os *sites* adultos Na reportagem "*Donas do chat, ela ajuda camgirls com depressão e as ensina a ganhar mais*", publicada em 25.jun.2023 pelo Portal UOL, a *coach* entrevistada pela jornalista Simone Machado associa o submundo ao empoderamento da mulher e à conexão emocional. Conforme declaração, a intenção dos seus cursos é estimular as vítimas a adentrarem e a permanecerem na profissão. Ignora-se, por completo, a aberração jurídica do contrato de prestação de serviços dos *sites* adultos, bem como toda violência sistêmica.

Neste momento da argumentação, é imprescindível reconhecer os elementos que diferenciam as vítimas da capatazia. Em suma:

(i) A capataz do submundo é vítima da visibilidade *mediática* — que reveste o modelo de mundo em curso, esteio do capitalismo atual —, mas não do submundo. As capatazes estão cooperando com o submundo, pois representam as empresas mediante remuneração financeira para tal. Essas mulheres são objetos de anúncios publicitários empregadas com o único objetivo de legitimar a violência contra as vítimas. Desatinadas pela visibilidade *mediática*, utilizam os meios de comunicação para defender que a perda de todos os direitos à privacidade e à proteção de dados (fotos, vídeos e apelido) para o resto da vida de uma mulher é equivalente ao “empoderamento feminino”, à “liberdade” e ao “empreendedorismo”.

²⁷ O artigo “*Jasmin.com Launches Academy in Budapest*”, publicado na *AVN Magazine*, em 18.mar.2018, está disponível pelo *link*: <https://avn.com/business/articles/technology/jasmincom-launches-academy-in-budapest-777259.html>. Acesso em 16/01/2023.

²⁸ Citação do artigo “*O híbrido perverso*”, publicado na Revista *Cult*, em 18.mai.2021, disponível pelo *link*: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-hibrido-perverso/>. Acesso em 08/01/2023.



(ii) A vítima do submundo propriamente dita é a mulher que está sendo reprogramada pelos anúncios das empresas, que são *mediatizados* pelas capatazes, sejam as últimas, a saber; *coaches* e influenciadoras digitais do setor. As vítimas do submundo são as mulheres que assinam o contrato de renúncia dos direitos autorais e sofrem mais dramaticamente com a devastação da reprogramação do imaginário.

Considerações Finais

Conceitua-se o submundo da cibercultura como agrupamento complexo de grandes empresas, apoiadas em tecnologias digitais, que desenvolvem padrões de atuação no mercado corporativo do erotismo digital a partir da violência contra a mulher.

O artigo norteou-se pelo questionamento: quem são e como atuam os atores sociais do submundo na busca, na manutenção e na reprogramação do imaginário das vítimas? A reflexão especificou as operações das capatazes evidentes, isto é, das influenciadoras digitais e *coaches* no recrutamento das vítimas. A especificação desses agentes demonstrou-se fundamental para a compreensão da engrenagem do submundo como um todo e suas articulações predatórias.

A partir desse entendimento, a argumentação orientou-se pelos questionamentos: qual é o padrão das narrativas do discurso publicitário do sistema de capatazia? Como distinguir os agentes do submundo das vítimas? O estudo conclui que influenciadoras e *coaches* são financeiramente remuneradas para representar os mandantes ocultos nas redes interativas. No discurso publicitário, o submundo é apresentado como possibilidade de empreendedorismo a partir de uma suposta “conexão emocional” entre vítima e usuários, ignorando, por completo, o contrato de prestação de serviços do oligopólio cibercultural dos *sites* adultos.

O fenômeno convoca uma reflexão profunda de educadores, pesquisadores e sociedade civil. O estudo demonstrou que a operação do submundo é cuidadosa desde o contrato de prestação de serviços até a circulação dos anúncios publicitários na rede. O canal *mediático* é vetor fundamental para expansão dos seus tentáculos, bem como o seu sistema de capatazia. A estratégia de atuação nas redes envolve irradiar confusões no imaginário social, de modo que as manobras perversas do setor passem despercebidas. O simulacro publicitário é utilizado para confundir o tecido social e



ocultar o seu *modus operandi*, e, assim, fabricar um *modus vivendi* calcado na naturalização da violência contra a mulher.

No que toca à educação e cidadania, a compreensão do fenómeno — em seus vários aspectos — é urgente para a conscientização individual e coletiva. No caso da ciência, a preocupação concentra-se na análise de dados: nas pesquisas em humanas, perfis em redes sociais com inúmeros seguidores são constantemente utilizados como referências para compreensão de fenómenos da cibercultura. Todavia, no caso do submundo da cultura digital, esses perfis costumam ser patrocinados pelo cartel. Nesse entendimento, caso o cientista caísse no equívoco de analisar o fenómeno pelo discurso da capatazia na rede, ao invés de apreender a questão, estaria, na verdade, reproduzindo o discurso do proprietário oculto da empresa do submundo.

Diante dessas colocações, fica evidente o quanto o submundo desafia a educação e a cidadania para sua compreensão, e a ciência no seu manuseio. Nesse escopo, as teorias críticas são essenciais para captação dos contrassensos entre o discurso publicitário e o contrato de prestação de serviços bem como as demais violências da engrenagem sistêmica como um todo. Uma catástrofe de tal magnitude exige que a sociedade desenvolva consciência sobre esse modelo de negócios predatório e proteja meninas e mulheres das armadilhas dos mandantes e capatazes.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (1978). *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1. ed.). Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2015). *A condição humana*. Forense Universitária.
- Baitello Jr., N. (2008). *Os valores e as atividades corporais*. Summus.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Relógio d'Água.
- Baudrillard, J. (2001). *A ilusão vital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.



- Breslin, R. (2023). *OnlyFans is surviving and thriving — but why celebrate?* <https://serp.ie/wp-content/uploads/2024/10/OnlyFans-SERP-Blog.pdf>
- Castoriadis, C. (1986). *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra.
- Chauí, M. (1984). *O que é ideologia*. Brasiliense.
- Chauí, M. (1976). Terceira margem: notas para um rodapé selvagem. *Almanaque Revista de Literatura e Ensaio*, 2, 54-58.
- Chauí, M. (1985). *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Zahar Editores.
- Kozinets, R. V. (2014) *Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica online*. Penso. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7938683/mod_folder/content/0/Kozinets%20Robert.%20Netnografia.pdf
- Magossi, P. G. (2021). *Reprogramação no ciberespaço: um estudo sobre a gradativa reprogramação psicoafetiva e sexual da civilização tecnológica atual e seus efeitos sociais*. In: *// Encontro Virtual da ABCiber. Novos Letramentos, apropriação das tecnologias e o ciberespaço como construção coletiva*, 2021. <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2021/paper/viewFile/1581/1193>.
- MAGOSSÍ, P. G. (2023). *Submundo da cibercultura: violência contra a mulher e reprogramação do imaginário social*. Pesquisa de Pós-doutorado em Comunicação e Cultura Midiática. Universidade Paulista. https://www.academia.edu/115746356/Submundo_da_cibercultura_viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_e_reprograma%C3%A7%C3%A3o_do_imagin%C3%A1rio_social.
- Magossi, P. G. (2024). Aberração jurídica do contrato de prestação de serviços do submundo da cibercultura. *Revista Eletrônica Direito e Política*, [S. I.], 19(2), 203–224. DOI: 10.14210/rdp.v19n2.p.203-224. ISSN 1980-7791. <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/20271>.
- Morin, E. (1986). *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo: necrose*. vol. 2. Forense.
- Morin, E. (1988). *O homem e a morte*. Europa-America.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo* (5. ed.). Sulina.
- Pross, H. (1980). *Estructura simbólica del poder*. G.Gil.



Trivinho, E. (2007). *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. Paulus.

Trivinho, E. (2021). *O híbrido perverso*. In: *Revista Cult*, 18 maio.
<https://revistacult.uol.com.br/home/o-hibrido-perverso/>.